



ANEXO - EMENTAS

Seminário de Integração e Motivação - SIM

Seminário de imersão. Capacita o aluno a quebrar barreiras interpessoais e identificar condicionamentos que o tornam voltado para problemas, transformando-os em motivação para encontrar soluções.

Sistema Constitucional Eleitoral

Regimes Políticos. Regime Democrático. Soberania Popular. Democracia Direta e Democracia Representativa. O Estado Democrático de Direito na Constituição Federal de 1988. Direitos Políticos. Nacionalidade como requisito para o exercício de direitos políticos. Situação do português equiparado. Perda e Suspensão de Direitos Políticos. Sufrágio: universal e restrito. Alistabilidade e Elegibilidade: condições para o exercício da capacidade eleitoral ativa e passiva. Voto. Mecanismos de participação direta: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Sistemas Eleitorais: espécies e cabimento. Sistema majoritário: maioria simples e absoluta; eleição em dois turnos. Sistema proporcional: quociente eleitoral; quociente partidário; critério da melhor média; distorções. Sistema misto: distritos; voto distrital; direito comparado.

Inelegibilidades

Conceito. Classificações. Inelegibilidades absolutas e relativas. Inelegibilidades por motivos funcionais. Inelegibilidades reflexas. Inelegibilidades legais: LC 64/90. Desincompatibilização. Situações peculiares: militares, magistrados, membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral sobre inelegibilidades. Domicílio eleitoral e sua repercussão no quadro de ineligibilidades.

Organização Judiciária Eleitoral, Ministério Público Eleitoral e Advocacia Eleitoral

Sistema de controle da legalidade das eleições. Justiça Eleitoral: breve histórico de sua criação e atuação no Brasil. Peculiaridades da Justiça Eleitoral: membros emprestados e com mandato; a função executiva das eleições. A Justiça Eleitoral na CF/88. Órgãos da Justiça Eleitoral. Composição. Competência originária e recursal. Circunscrição eleitoral. Funções normativa e consultiva da Justiça Eleitoral. Natureza das resoluções do TSE e sua repercussão frente ao Código Eleitoral. Controle de constitucionalidade das resoluções do TSE. O Poder de Polícia do Juiz Eleitoral. Ministério Público Eleitoral: organização e atribuições. Atuação do Ministério Público contra os abusos de Poder. Advocacia Eleitoral.

Fases do processo eleitoral

a) Alistamento eleitoral: requisitos e procedimento; inserção, transferência, segunda via e revisão de dados; domicílio eleitoral; cancelamento da inserção. b) Registro de candidaturas: Convenções Partidárias. Coligações: natureza e atuação; possibilidade de formação em eleição majoritária, proporcional ou em ambas; Princípio da coerência na formação das coligações; legitimidade concorrente entre Coligação e Partidos coligados. Registro de candidaturas: prazo e procedimento; Candidatura nata e candidatura avulsa. Número de candidatos e reserva de vagas; Variação Nominal. Substituição de Candidatos.

Ação de Impugnação de Registro de Candidaturas: cabimento, rito e efeitos. c) Pesquisas eleitorais: regras aplicáveis; registro prévio de informações junto à Justiça Eleitoral; divulgação; impugnações e penalidades. d) Votação: atos preparatórios; mesas receptoras; ato de votar; atributos do voto; sistema eletrônico de votação e uso de cédulas; garantias eleitorais; sigilo do voto; fiscalização perante as mesas receptoras; nulidades. e) Apuração: apuração perante as Juntas Eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral: fiscalização da apuração; impugnações e recursos. f) Arrecadação de recursos e aplicação nas campanhas eleitorais; prestações de contas: regras aplicáveis; g) Proclamação de resultados e diplomação: natureza e efeitos.

Propaganda Eleitoral

Propaganda eleitoral: conceito. Distinção entre propaganda eleitoral, propaganda partidária e publicidade institucional. Propaganda eleitoral: limitações materiais, espaciais e temporais. Sanções por propaganda eleitoral prematura e análise da jurisprudência do TSE sobre o tema. Das diversas formas de propaganda eleitoral: imprensa escrita; panfletos; outdoors; afixação de faixas e cartazes em via pública; Internet; comícios; amplificadores e auto-falantes; painéis eletrônicos; rádio e TV. Horário Eleitoral gratuito: regras. Debates. Direito de Resposta. Representação por propaganda eleitoral irregular: requisito do prévio conhecimento. Poder de cautela e Poder de Polícia na propaganda.

Direito Partidário

Partidos Políticos: natureza, histórico e função no regime democrático; Partidos Políticos na CF/88. A Lei Nº 9.096/95 e o Direito Partidário. Partidos Políticos: objetivos; criação; autonomia partidária; procedimento para aquisição da personalidade jurídica; procedimento para registro e anotação perante o TSE; apoio mínimo; estatuto; filiação partidária; propaganda partidária (acesso gratuito ao rádio e TV); Fundo Partidário. Prestações de contas. Questões partidárias e repercussão no processo eleitoral. Controle judicial dos Partidos.

Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral

Crimes Eleitorais: especificidades; Polícia Judiciária; crimes eleitorais X crimes políticos. Crimes eleitorais em espécie. Crimes eleitorais em leis extravagantes: Lei 6.091/74; LC 64/90 e Lei 9.504/97. Aplicação subsidiária do Código Penal. Processo Penal Eleitoral: procedimento do Código Eleitoral e aplicação do CPP; competência; benefícios da Lei 9.099/95 aplicados ao processo penal eleitoral.

Abuso de Poder no Direito Eleitoral Brasileiro e ações eleitorais

Abuso de Poder Econômico e Político no Direito Eleitoral Brasileiro: conceito, hipóteses configuradoras e legitimação para promover a apuração do abuso de poder. O cidadão como agente provocador da apuração dos abusos. Abuso de Poder e reeleição. A captação ilícita de sufrágio: conceito, extensão e interpretação pela Justiça Eleitoral. Condutas vedadas aos Agentes Públicos nas campanhas eleitorais: espécies e sanções. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME): cabimento, rito, efeitos. Recursos: princípios: irrecorribilidade das decisões do TSE; irrecorribilidade em separado das interlocutórias; Recurso Especial Eleitoral; Recurso Ordinário; Recurso Inominado. Recurso contra a diplomação. Agravo de Instrumento no Código Eleitoral. Ação



Rescisória Eleitoral. Representações e reclamações por descumprimento da Lei 9.504/97.

Ética

A disciplina atende a uma demanda cada vez mais exigente pela prestação dos serviços judiciários de maneira ética. O embasamento teórico é constituído pela Filosofia do Direito, metafísica, epistemologia do Direito, ética e lógica. Ao mesmo tempo identificar os agentes formadores da cultura local e de suas peculiaridades comportamentais atávicas.

Hermenêutica Jurídica Contemporânea

A disciplina investiga a hermenêutica jurídica contemporânea e a interpretação jurídica segundo uma aproximação que valoriza os critérios epistemológicos dos principais pensadores modernos quanto a Teoria Jurídica, a Filosofia do Direito, a Teoria dos Sistemas e as tecnologias da inteligência.

Metodologia da pesquisa em direito e do ensino jurídico

A disciplina aborda o sentido e perspectiva do ensino universitário. O método científico e a prática da pesquisa. Função social da pesquisa. Tipos e características da pesquisa. Instrumentalização metodológica. Projeto de pesquisa. Relatório de pesquisa. Tipos de pesquisa Jurídica. Questões fundamentais do planejamento da pesquisa. Projeto de monografia.

Seminários Especiais

A disciplina visa a permitir aos alunos a participação de seminários e debates com expressivos eleitoralistas e membros do Poder Judiciário Eleitoral, discutindo temas polêmicos e atuais da disciplina.